



CRÍTICA
marxista

ARTIGOS

A hegemonia neoliberal no governo Lula

ARMANDO BOITO JR.*

A conjuntura política brasileira é particularmente difícil para as correntes socialistas e progressistas. O governo Lula, que gerara alguma expectativa positiva em parte da esquerda brasileira e internacional, revelou-se uma espécie de “terceira via” da periferia, disseminando a perplexidade, a decepção e a revolta entre trabalhadores e intelectuais.

O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação a esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo. O presidente sindicalista não vai devolver aos trabalhadores uma política salarial de reposição automática das perdas provocadas pela inflação? Mas, o pior, é que o governo não está parado. Na verdade, ele tem avançado no mesmo rumo já estabelecido pelos governos Collor e FHC, pelo FMI e pelo Banco Mundial: está

*Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Endereço eletrônico: boito@uol.com.br



tocando adiante a criação da Alca, manteve a política de juros elevados, aumentou consideravelmente a meta de superávit primário, encaminhou ao Congresso Nacional uma nova reforma neoliberal da previdência e uma reforma tributária que mantém intocado o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, planeja aumentar a presença do capital privado nas áreas de energia e transportes, estuda maneiras de aprovar a autonomia do Banco Central e faz sondagens para verificar a viabilidade de cobrança do ensino público superior¹. Essa situação explica o apoio que as associações de banqueiros e investidores do mercado financeiro, bem como toda a imprensa conservadora, vêm dispensando ao governo Lula.

Esse quadro representa um grande desafio para a esquerda brasileira. É preciso, em primeiro lugar, entender essa situação. O que explica a adesão do governo Lula aos principais eixos do neoliberalismo? Essa adesão pode ser considerada superficial e, portanto, passível de ser revertida ou deve ser considerada sólida e duradoura? A política econômica e social do governo Lula é um neoliberalismo sem adjetivos ou uma variante dessa política²? Qual deve ser a tática de intervenção da esquerda nessa complexa conjuntura marcada pela formação de um governo que tem origem no movimento operário e popular – e que ainda conta com a confiança de setores populares – mas que utiliza o poder para manter e até para aprofundar o modelo capitalista neoliberal dependente?

É claro que não poderemos contemplar todas essas questões num único artigo; pretendemos apenas focalizar algumas das condições políticas e sociais que estão viabilizando a política continuísta do governo Lula. O tema é importante porque do seu esclarecimento depende a resolução de outras questões, como a da definição da tática correta na conjuntura, e é importante também porque, ao nosso ver, as condições políticas e sociais que contribuíram para o continuísmo do governo Lula têm sido ignoradas nas análises e debates sobre a questão.

As relações de classe e a hegemonia regressiva do neoliberalismo

Ao contrário do que têm afirmado ou sugerido os intelectuais progressistas e revolucionários que têm criticado, de modo pioneiro e corajoso, o governo Lula,

¹ Já surgiram alguns textos fazendo um balanço do caráter monetarista e neoliberal da política econômica do governo Lula. Por exemplo, Leda Maria Paulani, “Brasil *Delivery*: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula”. São Paulo, inédito, julho de 2003. Esse texto é uma versão atualizada e ampliada de um texto menor que a autora publicou na revista *Reportagem*, nº 44.

² Alguns observadores entendem que o governo ambiciona passar a praticar algo que poderia ser denominado social-liberalismo, que significaria a manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias.



a mudança de orientação do Partido dos Trabalhadores, de seus aliados e dos integrantes da equipe governamental não é recente e nem pode ser pensada como uma simples mudança de orientação desses políticos profissionais. Essa mudança de orientação faz parte de um processo mais longo e mais profundo.

As classes, frações de classes e camadas da sociedade brasileira, seus interesses, alianças e objetivos, as relações de força entre elas, todo esse terreno social e político mudou muito ao longo dos últimos anos, como mudaram também os movimentos sociais e o panorama político e ideológico do Brasil. Esse terreno da estrutura econômica e social e das relações políticas e ideológicas de classe é uma espécie de “infra-estrutura” cuja mudança explica, em grande medida e ainda que não inteiramente, a mudança na “superestrutura” partidária e governamental. Não se trata de isentar a direção do PT da responsabilidade que tem nessa mudança. A cúpula partidária fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia, mentiu ao eleitorado sobre política de crescimento, sobre criação de empregos, sobre reforma agrária e sobre respeito aos direitos previdenciários e, uma vez no governo, tem traído todas essas promessas de campanha. Porém, o que quero destacar é que a direção do PT e a equipe governamental não mudaram sozinhas e se a esquerda não entender isso, não será possível dimensionar a complexidade da tarefa que os socialistas têm pela frente.

É preciso destacar também que, nesse processo de mudança, parte das classes populares foi atraída ou neutralizada, por caminhos complexos e diferenciados, pelo neoliberalismo. É certo que os beneficiários da política neoliberal são a grande burguesia brasileira, principalmente o seu setor bancário, e o capital imperialista, particularmente o capital financeiro internacional – e o governo Lula tem agido pressionado por essa classe e, até aqui, como o seu representante, já que tem mantido o modelo econômico neoliberal dependente³. Porém, a grande dificuldade que a esquerda encontra na presente conjuntura é que essa política não se apóia apenas na burguesia. O continuísmo do governo Lula dispõe também de bases de apoio na classe média e, inclusive, no campo operário e popular.

O primeiro apoio localiza-se na fração superior da classe média brasileira que aderiu ao neoliberalismo e é uma aliada importante da grande burguesia e do imperialismo. Para entender isso, é necessário ter em vista as relações contraditórias da alta classe média com os direitos sociais e com o Estado de bem-estar social. O

³ Desenvolvi uma análise detalhada do bloco no poder neoliberal no artigo “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. Revista *Idéias*, dossiê *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, ano 9, nº1, segundo semestre de 2002.



Estado de bem-estar social, principalmente em suas versões mais avançadas, não interessa à alta classe média. Quanto mais generalizados e igualitários forem os direitos sociais e o usufruto dos serviços públicos, mais eles aparecem a tal setor social como perda de renda, devido aos impostos que o Estado de bem-estar faz incidir sobre as famílias abastadas, e como declínio social, devido à redução da desigualdade econômica e social provocada pelo Estado de bem-estar. Embora no Brasil não tenha sido implantado, como veremos mais adiante, um Estado de bem-estar no sentido rigoroso do termo, a crítica neoliberal aos direitos sociais atraiu a alta classe média.

O neoliberalismo propõe uma espécie de cidadania dual e a alta classe média avalia que os seus interesses são mais bem atendidos por essa proposta que pela expansão – custosa e desnecessária para ela – dos serviços públicos e dos direitos sociais. A alta classe média tem razões econômicas para ver com bons olhos essa nova cidadania, que cria uma dualidade, em áreas como saúde, educação e previdência, entre, de um lado, um ramo público decadente, voltado para os trabalhadores de baixa renda, e, de outro lado, um ramo privado em expansão, voltado para a burguesia e demais setores de alto rendimento. Essa cidadania dual reproduz a posição privilegiada ocupada pela alta classe média, assegurando-lhe, por exemplo, melhor formação escolar e uma espécie de reserva de mercado dos postos de trabalho mais bem remunerados. É por isso que não existe movimento ou ações dessa fração da classe média contra os preços cada vez mais elevados da escola privada e das empresas de saúde. Apesar de tais preços pesarem cada vez mais em seus orçamentos domésticos, esse setor social continua avaliando que esse é um custo que deve ser suportado para manter a sua posição econômica e social. Essa fração abastada da classe média votava, majoritariamente, contra o PT, mas na medida em que o candidato Lula começou a mudar o seu discurso já durante a campanha e que o seu governo revelou-se um continuador de FHC, os abastados da classe média iniciaram um movimento de aproximação e de apoio ao governo – movimento cuja amplitude e solidez ainda é impossível verificar.

Mas é preciso entender que, além de conquistar a fração superior da classe média, o neoliberalismo obteve um “impacto popular” no Brasil. Há setores das classes populares, incluindo setores operários, que estão neutralizados ou atraídos pelo discurso neoliberal. Isso se dá através de mecanismos bastante complexos e sem que esses setores populares tenham – diferentemente do que ocorre com a alta classe média – os seus interesses atendidos pela política neoliberal. Examinaremos tudo isso em detalhes. Agora, é importante destacar uma idéia geral: ocorreu um processo político e social no Brasil ao longo dos anos 90 que resultou na implantação



de uma nova hegemonia burguesa em nosso país, baseada no discurso e na prática do modelo capitalista neoliberal dependente. Colocado o problema dessa forma, a “conversão” do PT ao credo do livre mercado aparece como mais um episódio – ainda que sem dúvida um episódio de importância maior – nesse processo de implantação e consolidação da nova hegemonia burguesa. Essa hegemonia transcende o nível dos partidos políticos, já que age sobre as próprias classes sociais. É por isso que afirmamos que a “conversão” do PT não foi superficial e nem repentina, ao contrário do que sugeriu um observador crítico recorrendo à metáfora teológica do gesto de “beijar a cruz”⁴.

Os marxistas e a esquerda em geral relutam em considerar a hipótese da hegemonia neoliberal, a despeito do acúmulo de derrotas que a esquerda vem enfrentando desde a eleição de 1989. Como o modelo capitalista neoliberal e dependente bloqueia o crescimento econômico, aumenta enormemente o desemprego, reduz o salário, reduz os direitos sociais, aumenta a dependência da economia e a transferência de riqueza para os países imperialistas, afirma-se ou se pressupõe que tal modelo não pode obter nenhum “impacto popular”. Esse raciocínio é prisioneiro da concepção de hegemonia que aparece nas formulações sintéticas de Gramsci nos *Cadernos do cárcere*. Nessas passagens, a hegemonia é apresentada como adesão positiva e ativa das classes subalternas aos valores e idéias da classe dominante, adesão motivada por ganhos materiais reais obtidos pelos trabalhadores. Ora, de fato, não é isso que ocorre com a hegemonia neoliberal. Aqui, não há ganhos efetivos para as classes populares e a adesão ao neoliberalismo pode se apresentar, não só como adesão positiva e ativa, mas também, dependendo do setor popular considerado, como adesão negativa, como ilusão ideológica ou como neutralização política. Desse modo, torna-se possível, segundo consideramos, pensar uma *hegemonia regressiva*, instável, cujas relações diferenciadas com distintos setores populares convergem, apesar de sua heterogeneidade, para algum tipo de sustentação política do neoliberalismo no meio popular. Enfim, é preciso pensar a hegemonia de um modo menos culturalista (consenso em torno de valores e idéias) e menos historicista (adesão a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas e distribui renda), para se poder compreender o tipo de hegemonia burguesa que se instaura com o capitalismo neoliberal.

⁴ Num texto intitulado “Beijando a cruz”, publicado na revista *Reportagem* nº 44, Paulo Eduardo Arantes fala de uma “espécie de ritual” que teria mudado a cabeça dos membros da equipe governamental, provocando o que o autor denomina a “fulminante conversão” da direção do PT.





O novo corporativismo operário

No campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio do qual dispõe o governo para manter o modelo neoliberal é o setor que representa o núcleo duro do novo sindicalismo. Trata-se de uma parte dos trabalhadores assalariados que usufrui condições de trabalho e remuneração superiores aos da grande massa operária e popular e que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical. Essa camada está representada, em primeiro lugar, pelos operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, por petroleiros, por bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores.

A partir de uma pesquisa realizada no início deste ano de 2003 sobre os trabalhadores das quatro montadoras de veículos de São Bernardo do Campo (Ford, Mercedes-Benz, Scania e Volkswagen), é possível fazermos uma idéia do perfil desse trabalhador. No que respeita às origens, condições de vida e de trabalho, a maioria dos trabalhadores dessas montadoras nasceu na Grande São Paulo; cerca de 90% têm casa própria em bairro com asfalto, água, luz e esgoto; cerca de 70% têm, pelo menos, curso ginásial completo; 3/4 deles estão empregados na firma onde trabalham há mais de 11 anos; igual parcela recebe salário superior a R\$1.300,00 e metade desses trabalhadores possui computador pessoal em casa, sendo que quase todos estão conectados com a *internet*. No que concerne à organização política e sindical, esses trabalhadores sempre controlaram o conjunto do movimento sindical metalúrgico do ABC; organizaram comissões de fábrica atuantes em todas as plantas das montadoras de veículos da região; 3/4 deles são sindicalizados; mais de 1/3 participa freqüentemente das atividades sindicais e, finalmente, no plano político, nada menos que 81% declaram-se simpatizantes do Partido dos Trabalhadores⁵.

Trata-se, portanto, de um setor da classe operária que, graças a muita luta, conquistou melhores condições de trabalho e um nível de vida remediado, quando comparado com a grande massa do operariado brasileiro. Ademais, esse é um dos setores com maior poder de pressão do sindicalismo brasileiro. Os trabalhadores das montadoras, os petroleiros e os bancários estão representados no cenário sindical pela corrente Articulação Sindical, que é a corrente hegemônica da CUT, e estão vinculados também à corrente política que controla o PT. Atualmente, o dirigente mais importante desse setor é o metalúrgico Luiz Marinho, recém-eleito, com o apoio ativo de Lula, para a presidência da CUT.

⁵ Ver Iram Jácome Rodrigues, "Trabalhadores da indústria automobilística de São Bernardo do Campo". São Paulo, inédito, 2003. A pesquisa compreende os trabalhadores da produção e de escritório e não inclui a General Motors, cuja planta está localizada em São Caetano do Sul.



Grande parte da equipe governamental é formada por sindicalistas egressos da corrente *Articulação Sindical* – os ministros do Trabalho (petroquímico), da Previdência (bancário), da Fazenda (médico), da Comunicação Social (bancário), das Cidades (bancário), e o próprio presidente da República (metalúrgico). Além desses nomes, pelo menos uma centena de sindicalistas originários da mesma corrente estão ocupando altos postos na administração e nas empresas públicas. Um órgão da grande imprensa escreveu que estaríamos assistindo à formação de uma “República dos sindicalistas” no Brasil. O fato de os sindicalistas serem hoje parte muito importante do pessoal dirigente do Executivo Federal cria uma situação próxima àquela designada por Nicos Poulantzas com o conceito de “classe detentora” do aparelho de Estado – aquela classe que praticamente monopoliza os altos cargos da burocracia pública sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social⁶. A situação brasileira atual não reproduz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora – não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da *Articulação Sindical* estão muito longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no Executivo Federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importantes. A formação do governo Lula é vista, por esses trabalhadores, como uma situação inteiramente nova.

Com esse governo, o núcleo duro do novo sindicalismo imagina ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e espera do presidente sindicalista não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego. Essa camada de trabalhadores tem aceitado parte do privatismo neoliberal e acredita que pode utilizar seu poder de organização e de pressão sindical para converter alguns aspectos do neoliberalismo em instrumentos de defesa e de melhoria de suas condições de vida. Os observadores que ignoram a existência dessa concepção e estratégia, que não nasceram agora e que foram construídas ao longo dos governos Collor e FHC, têm dificuldade de entender a “virada do PT”.

Na verdade, o núcleo do novo sindicalismo tem realizado um movimento pendular ao longo de sua história. Esse movimento pendular leva essa camada remediada e mais organizada dos trabalhadores a ocupar ora uma posição de vanguarda social na luta reivindicativa, ora uma posição corporativa estreita e fechada, e o momento atual é uma fase de pronunciado insulamento corporativo desse setor. Um breve retorno ao passado ajuda muito a compreender essa oscilação.

⁶ Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris, François Maspero, 1968.



É importante recuperar, nos dias de hoje, a fase inicial da história desse sindicalismo, que foi relegada, não por acaso, ao esquecimento. No final da década de 1970, o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC, que sempre foi um sindicalismo controlado pelo operariado das montadoras de veículos e, particularmente, pelo setor mais qualificado desse operariado, apresentava uma concepção economicista e corporativa da ação sindical. *Economicista*, na medida em que recusava a ação política dos trabalhadores, e *corporativista*, não no sentido de corporativismo de Estado, que era e é o corporativismo típico da estrutura sindical brasileira, mas um corporativismo de novo tipo, caracterizado pelo insulamento de um pequeno setor das classes trabalhadoras no terreno da organização e da luta política ou sindical – o *egoísmo de fração*, do qual falava Gramsci. A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial, e rejeitando o envolvimento do sindicalismo com a política. Lula, então dirigente sindical, não se cansava de repetir que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos com a livre negociação e rejeitava a participação do sindicalismo na luta contra a ditadura e pela Constituinte pois, como gostava de lembrar, o Brasil já tivera “cinco ou seis constituições” e nenhuma delas resolvera o problema dos trabalhadores⁷.

Alguns autores, que escreviam no calor dos acontecimentos, como Maria Hermínia Tavares de Almeida, chegaram a caracterizar essa liderança sindical emergente como uma liderança sindical de tipo norte-americano – um sindicalismo operário reivindicativo mas resistente à organização político-partidária. Poucos anos depois, escrevendo sob o impacto das grandes greves de massa no ABC e diante das iniciativas políticas de oposição à ditadura militar tomadas por Lula e seus companheiros, o brasilianista John Humphrey criticou a tese que via no ABC a formação de um sindicalismo de tipo norte-americano, e, a partir de então, a maioria dos estudiosos passou a considerar essa crítica como definitiva e deram o debate por encerrado⁸. Consideramos, diferentemente, que as duas análises padeciam de uma limitação comum. De um lado, ambas, embora fossem pensadas como excludentes, apresentavam uma caracterização parcialmente correta da atuação do novo sindicalismo na conjuntura que tomavam em consideração; de outro

⁷ Os pronunciamentos feitos por Lula nesse período estão reunidos no livro-documento *Lula, entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo, ABCD Sociedade Editorial, 1980.

⁸ Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. *Debate e Crítica*. São Paulo, nº 6, julho de 1975; John Humphrey, *Fazendo o milagre*. Petrópolis, Vozes-Cebrap, 1982.



lado, ambas erravam por ignorar, na análise das causas dessa atuação, o fato de que ela poderia variar de acordo com a conjuntura.

O sindicalismo do operariado das montadoras, liderando a massa metalúrgica do ABC, tentou, de fato, aplicar uma estratégia economicista e corporativista próxima do *tradeunionismo* de tipo norte-americano, mas foi barrado no seu intento pela existência da ditadura militar e de sua política de arrocho salarial. Quando os sindicalistas de São Bernardo iniciaram a greve metalúrgica de 1979, dois eventos os surpreenderam enormemente, conforme as suas próprias declarações. Em primeiro lugar, ficaram espantados com a reação repressiva violenta e decidida da ditadura militar. Conforme o próprio Lula declarou, ele nunca imaginara que o Exército Nacional pudesse ser mobilizado contra os trabalhadores. O segundo evento foi a iniciativa das associações e movimentos populares, dos mais variados tipos e – literalmente – de todos os cantos do Brasil, que se mobilizaram para garantir material e politicamente a greve dos operários do ABC. Na época havia, também, correntes de esquerda atuando no ABC. Os militantes do Partido Comunista Brasileiro, que haviam fundado o sindicato de São Bernardo na década de 1960, tinham perdido quase todo o espaço devido às intervenções da ditadura militar no movimento sindical, mas outras correntes – como a trotskysta *Convergência Socialista* que atuava principalmente no sindicalismo metalúrgico de Santo André – insistiam na necessidade de os operários construírem um partido político e assumirem abertamente a luta contra a ditadura militar. Foram a repressão ditatorial, a solidariedade do movimento popular e a intervenção das correntes de esquerda que politizaram rapidamente o sindicalismo de São Bernardo e convenceram a direção sindical emergente da necessidade de criar uma ampla frente de trabalhadores assalariados e de intervir no processo político nacional.

Essa nova fase, que se estende por toda a década de 1980, foi marcada pela criação da CUT, pela construção do PT e pela gradativa formulação de uma plataforma que apontava para a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil – os sucessivos congressos da CUT e do PT, além de pleitearem a elevação do consumo individual no mercado através do aumento de salário, consolidaram uma plataforma que reivindicava estatização da educação e saúde, estatização dos transportes públicos, do sistema financeiro etc. A CUT e o PT, ao contrário do que sugere a imagem pública dessas organizações, nunca definiram um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos 80, lutaram pelo Estado de bem-estar social. Foi nesse período que a grande frente de assalariados dirigida pelo sindicalismo do ABC consagrou, como instrumento da luta reivindicativa, a greve geral nacional de protesto contra a política do governo –



foram cinco greves gerais nacionais entre 1983 e 1989, com a participação crescente de milhões de trabalhadores. O programa de implantação de um Estado de bem-estar social, a estratégia de formação da grande frente de assalariados, a organização da CUT e do PT e o método de luta que consistia em recorrer às greves de massa eram, todos, aspectos distintos de uma mesma e única concepção política e sindical.

Em 1990, essa concepção e essa estratégia começaram a mudar e a *Articulação Sindical*, sempre como representante preferencial do operariado das montadoras, de petroleiros e de bancários, iniciou um retorno parcial, e em condições históricas novas, ao economicismo e ao insulamento corporativo que tinham marcado a sua estréia na cena social brasileira.

O marco histórico dessa mudança foi a Plenária Nacional da CUT, realizada em setembro de 1990 em Belo Horizonte, quando, no dizer dos próprios sindicalistas, a CUT decidiu substituir o sindicalismo de confronto pelo sindicalismo propositivo. Jair Mengueli, que era o presidente da CUT no período, chegou a fazer uma autocrítica da sua intervenção no processo constituinte, afirmando que a luta pela regulamentação legal e geral das condições de trabalho – ele citava a luta pela fixação da jornada máxima de trabalho na Constituição – era equivocada e deveria ser substituída pela ação sindical na contratação coletiva de acordo com as possibilidades econômicas de cada setor⁹.

Portanto, confrontado com a grande derrota política do movimento operário e popular na eleição presidencial de 1989, e já sob o impacto do enorme desemprego produzido pela recessão de 1990, o novo sindicalismo mudou de orientação. Note-se que a situação exigia, de fato, uma mudança na estratégia ofensiva de ação sindical dos anos 80. A *Articulação Sindical* estava correta quando sustentava que o movimento operário e popular entrara num período difícil e defensivo. Porém, a opção pelo sindicalismo propositivo e o retrocesso para o insulamento corporativo não são decorrências mecânicas dessa situação; representam, antes, uma opção política.

Ao longo dos anos 90 e nos dias de hoje, o sindicalismo dos trabalhadores das montadoras de veículos tem apostado no contrato coletivo de trabalho em detrimento das normas protetoras do direito do trabalho – mesmo caminho seguido por petroleiros, petroquímicos e bancários, isto é, pela base da *Articulação Sindical*. Quem tem a oportunidade de discutir com esses dirigentes sindicais conhece a indiferença e, às vezes, o desdém com o qual eles tratam as normas protetoras do direito do trabalho presentes na CLT e a ação dos fiscais do trabalho, que chegam

⁹ Armando Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2ª edição, São Paulo, Editora Xamã, 2002, p. 150.



a considerar ilegítima. Desse modo, quando o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, um ex-sindicalista da *Articulação Sindical*, interessado em sondar o terreno para uma eventual contra-reforma trabalhista, declarou à imprensa que algumas normas básicas da CLT, como as férias remuneradas, eram “penduricalhos”, não se tratava da conversão súbita e espetacular de um ex-sindicalista que “beijara a cruz” do poder; a declaração refletia, isto sim, idéias que vicejam, nessa nova fase, no núcleo duro do novo sindicalismo, setor que pode garantir férias remuneradas e muitos outros direitos apenas com a sua própria força sindical e independentemente de qualquer regulamentação legal. Também na área de saúde e de previdência esses operários vêm se aproximando das propostas privatistas. Tal qual parcela importante da classe média, estão se afastando dos serviços públicos e priorizando contratos coletivos de trabalho que assegurem planos privados de saúde e vêm, sob a direção de seus sindicatos, fortalecendo a convicção de que melhorarão a sua aposentadoria através dos fundos de pensão, controlados pelos próprios sindicatos e à margem da previdência pública. Enfim, têm alimentado a expectativa, em grande parte ilusória, de que poderão se salvar sozinhos adaptando alguns dos aspectos básicos do modelo capitalista neoliberal aos seus interesses específicos e dispensando parte dos direitos trabalhistas e sociais, isto é, dispensando a ação regulamentadora do Estado.

Com esse novo corporativismo, pode se misturar, em questões como a da previdência, a aspiração operária pelo controle direto das caixas de pensão e do sistema previdenciário. O movimento operário e popular dificilmente obtém participação ampla na gestão dos serviços públicos no Estado de bem-estar social. A burocracia do Estado burguês tende a monopolizar o processo de tomada de decisões nesses serviços. Os operários podem imaginar que o fundo de pensão, dirigido pelo próprio sindicato, representaria uma avanço no controle democrático do sistema previdenciário – ilusão danosa porque os fundos de pensão quebram a solidariedade operária e colocam a aposentadoria à mercê dos mercados. Convém lembrar que uma parte dos sindicatos da CUT considera a criação de cooperativas de produção e a organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde – à maneira de uma ONG – como o início de um processo de socialização da economia e do Estado. Diversos intelectuais progressistas no Brasil e no exterior estão tematizando tais iniciativas como se elas representassem a construção de implantantes socialistas dentro da própria sociedade capitalista – Paul Singer e Antonio Negri desenvolveram idéias nessa direção¹⁰. Esse “novo socialismo utópico” encontra,

¹⁰ Sandra Zarpelon, “Sindicalismo Cutista, Assistência Social e Socialismo”. *Idéias*, dossiê *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, op. cit.



por vias transversas, uma confluência com a política social do capitalismo neoliberal que visa, justamente, implementar as políticas sociais compensatórias em “parceria com entidades da sociedade civil”.

A adaptação do novo corporativismo operário ao privatismo neoliberal não é um processo desprovido de atritos. Essa camada dos trabalhadores mantém com o modelo neoliberal uma contradição importante e, ao que tudo indica, insanável. O desemprego provocado pelo baixo crescimento econômico, pela inovação tecnológica e pelos novos métodos produtivos cresceu muito nas montadoras de veículos e no setor bancário ao longo dos anos 90. Mesmo as empresas estatais, como a Petrobras, o Banco do Brasil, os bancos estaduais que sobreviveram, todas elas demitiram em massa ao longo dos últimos anos, recorrendo, principalmente, ao expediente dos programas de demissão dita voluntária. No caso específico do operariado das montadoras, para tentar enfrentar essa situação, esse setor obteve, no início dos anos 90, em aliança com as multinacionais do automóvel e excluindo os demais operários metalúrgicos do ABC, a Câmara Setorial da Indústria Automobilística, arena onde aquele operariado procurou soldar uma aliança com as empresas montadoras para a obtenção de uma política de crescimento industrial para o seu setor. Aspirava a um neoliberalismo com crescimento e, para isso, defendeu e obteve todo tipo de concessão econômica às multinacionais do automóvel – basicamente, uma grande redução nos tributos a serem pagos pelas empresas e uma política de juros subsidiados para a venda de veículos. Conseguiu, por alguns anos, uma recuperação da produção de veículos, ainda que em detrimento da indústria de autopeças devido à abertura comercial, um pequeno crescimento dos salários do pessoal que conseguiu se manter empregado e possibilitou um enorme aumento na receita e nos lucros das multinacionais, embora não tenha logrado aumentar o emprego¹¹.

Esse mesmo desemprego é, hoje, uma fonte potencial de conflito entre a política econômica continuísta do governo Lula e essa camada de trabalhadores. No terreno dos direitos sociais, a *Articulação Sindical* pode assumir uma postura flexível: decidiu apoiar, ainda que com ressalvas, a reforma neoliberal da previdência do governo Lula e já deu sinais de que pode aceitar uma flexibilização das normas da CLT, que não são tão importantes para a sua base social. Mas o que essa corrente não aceita é a estagnação econômica e o desemprego.

Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, o sindicalismo do operariado das montadoras aproximou-se da burguesia industrial

¹¹ Andréia Galvão, *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Campinas, dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.



e, particularmente, da Fiesp. Essa aproximação precedeu a aproximação entre a candidatura Lula em 2002 e esse mesmo setor da burguesia brasileira. Nesse processo, a direção política seguiu as bases sindicais – a “conversão” se iniciou na base e se irradiou para a cúpula. Foi a experiência da câmara setorial que serviu de ensaio para uma iniciativa política mais ambiciosa.

Como já indicamos, o bloco no poder neoliberal organiza a hegemonia do conjunto da grande burguesia brasileira e do capital imperialista, mas prioriza, dentro desse campo, os interesses da fração bancária da grande burguesia brasileira e do capital financeiro internacional. Pois bem, o operariado das montadoras, através do Sindicato Metalúrgico do ABC, procurou estabelecer uma frente econômica pelo crescimento com o conjunto da fração industrial da grande burguesia brasileira, acreditando que a Fiesp pode ser um aliado seguro na luta contra a política recessiva patrocinada pelos interesses do setor financeiro. Essa frente reativou o velho discurso desenvolvimentista e esse sindicalismo esperava que Lula, uma vez no poder, mudasse a política de juros elevados do governo FHC, porque acreditava, e ainda acredita, que essa mudança teria o condão de liberar o crescimento econômico. O candidato Lula assumiu, na campanha eleitoral, o compromisso de priorizar a produção e acabar com a especulação, mas, uma vez no governo, esqueceu-se dessa promessa e está traindo os compromissos que firmara com o sindicalismo e com a Fiesp. O governo manteve, até aqui, a política de juros elevados, desestimulando o investimento e o consumo, aumentou o superávit primário, contraindo os investimentos e gastos públicos, e conduziu a economia brasileira à recessão nos dois primeiros trimestres de 2003.

É verdade que, mesmo no quadro cronicamente recessivo do capitalismo neoliberal dependente, o governo Lula e o novo corporativismo operário ainda podem procurar uma saída, ainda que precária e localizada. A equipe governamental está imaginando uma fórmula para relançar a câmara setorial, que agora recebeu o nome pomposo de *Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Automotiva*, cuja primeira reunião, sob o comando do ministro do Desenvolvimento, deveria ter lugar na última semana de julho de 2003. A fórmula é fundamentalmente a mesma obtida no governo Itamar Franco e parcialmente incorporada pelo governo FHC: isenções fiscais para as multinacionais do automóvel e crédito subsidiado ao comprador de veículos para a implementação de um programa de renovação da frota circulante; segundo imaginam, isso poderia promover a recuperação do emprego no setor automotivo. Essa fórmula não indica nenhuma nova posição de poder do operariado do ABC. Ela instrumentaliza, como nos governos anteriores, o drama dos operários, aos quais



oferece um remendo, em benefício, fundamentalmente, das multinacionais do automóvel. Mas essa solução é de difícil implementação.

Da perspectiva do capitalismo neoliberal, que não deveria ser a perspectiva dos operários, os trabalhadores das montadoras do ABC travam uma batalha de retaguarda. As novas plantas das montadoras de veículos, concebidas e construídas ao longo dos anos 90 dentro do novo padrão de acumulação flexível e localizadas em regiões com baixa ou nenhuma tradição industrial, apresentam maior produtividade e salário muito mais baixo que aquele pago no ABC. Um exemplo: cerca de dois mil trabalhadores da Volkswagen Caminhões do município de Resende, no interior do Estado do Rio, produzem, por dia, cerca de 100 caminhões, apenas 35 caminhões a menos do que produzem os oito mil trabalhadores da Mercedes-Bens de São Bernardo; e os trabalhadores de São Bernardo recebem, por uma jornada de trabalho menor que a dos trabalhadores de Resende, quase o dobro do salário que é pago a esses últimos. O contrato de trabalho também é muito mais favorável aos trabalhadores do ABC: enquanto esses são, na sua quase totalidade, funcionários da própria montadora, cerca de 90% dos trabalhadores de Resende são subcontratados através de empresas terceirizadas¹². Para atenuar esse desnível que reduz as “vantagens competitivas” da região do ABC, os sindicalistas de São Bernardo vêm tentando obter as chamadas cláusulas sociais, que visam melhorar as condições de trabalho e os salários dos operários das novas montadoras que se instalaram fora do ABC. Essa posição, que poderá realizar a complicada dialética consistente em, por motivação corporativa, abrir uma fissura no próprio corporativismo, indica a dificuldade de esses trabalhadores se salvarem sozinhos: elevar os salários e melhorar as condições de trabalho de outras regiões é, também, um modo de impedir o desmanche industrial do ABC. Decididamente, a solução corporativista de salvar o ABC do desemprego, sem romper com o quadro cronicamente recessivo do modelo neoliberal, não é fácil de ser implementada.

Até o momento em que escrevemos, em julho de 2003, o presidente da CUT Luiz Marinho e o conjunto da corrente *Articulação Sindical* ainda imaginam que participam do poder. Lula e seus ministros cultivam essa ilusão nos operários, comparecendo com frequência em fábricas e eventos no ABC – Lula abriu o IV Congresso dos Metalúrgicos daquela região no mês de junho e o ministro da Fazenda Antonio Palocci foi um dos conferencistas daquele certame operário. Porém, esses sindicalistas já começaram a apresentar críticas à política econômica recessiva do “seu” governo.

¹² Iram Jácome Rodrigues, “Trabalhadores da indústria automobilística de São Bernardo do Campo”, op. cit.



Os miseráveis contra os pobres e os pobres contra os remediados

O segundo ponto de apoio popular para o continuísmo do governo Lula tampouco é criação sua. Na verdade, é uma das heranças políticas e ideológicas conservadoras dos governos Collor e FHC e representa um verdadeiro achado da política neoliberal no Brasil e na América Latina.

Já dissemos que o setor priorizado pela política econômica neoliberal é o setor bancário da grande burguesia interna e o setor financeiro do capital imperialista. Pois bem, essa fração burguesa, que é a fração mais retrógrada das classes dominantes, logrou constituir uma classe-apoio em setores pauperizados e desorganizados, e que se encontram nesse estado, em boa medida, como consequência do próprio modelo econômico neoliberal. Falamos em classe-apoio do bloco no poder neoliberal, e não em classe aliada sua, porque esse setor popular lhe proporciona um apoio *inorgânico e difuso e em deocorrência de razões fundamentalmente ideológicas*, isto é, sem que tenha seus interesses atendidos pela política de Estado. Essa situação complexa e aparentemente paradoxal está exigindo reflexão cuidadosa dos socialistas¹³.

Em primeiro lugar, esclareçamos que não é a totalidade dos trabalhadores pauperizados que serve de classe-apoio ao modelo neoliberal. Uma parte importante desse setor está organizada e se colocando, em grau maior ou menor, contra aspectos importantes do capitalismo neoliberal – refiro-me aos movimentos pela reforma agrária, dirigidos pelo MST, pelo MLST e outras organizações, aos movimentos pela moradia, dirigidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), pelo Movimento de Moradia no Centro (MMC) de São Paulo e a outros movimentos sociais que poderíamos denominar “movimentos de urgência” – os movimentos de trabalhadores que tiveram, devido à perda da terra, do emprego ou da moradia, a sua sobrevivência física imediata posta em xeque pelo capitalismo neoliberal¹⁴. Numa escalada crescente desde o início do novo governo, os sem-

¹³ O conceito de classe-apoio, do mesmo modo que o conceito de classe detentora, foi produzido por Nicos Poulantzas. Eu o utilizo de maneira um tanto livre, pois, em Poulantzas, a classe-apoio é base de sustentação de uma forma de Estado – por exemplo, o apoio do campesinato francês ao Segundo Império em meados do século XIX – e não de um bloco no poder. Ver *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, op. cit.

¹⁴ A revista *Crítica Marxista* publicou algumas entrevistas muito instrutivas sobre esses movimentos populares. Ver as entrevistas realizadas por Hector Benoit com o dirigente do Movimento de Moradia no Centro, Luís Gonzaga da Silva (Gegê), (“A luta pela moradia popular”. Revista *Crítica Marxista*, nº 10, São Paulo, Boitempo, 2000) e com as lideranças do MTST (“O assentamento Anita Garibaldi – entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)”. *Crítica Marxista*, nº 14, 2002). A noção de “movimentos de urgência” foi cunhada por René Mouriaux – ver a entrevista realizada por Andréia Galvão com René Mouriaux, “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa”. *Crítica Marxista*, nº 14, São Paulo, Boitempo, 2002.



terra e os sem-teto, que estão promovendo ocupações em todo o país, começam a alarmar os latifundiários, a burguesia e a imprensa, e exercem uma forte pressão sobre o governo Lula, do mesmo modo que já tinham feito durante o governo FHC. Observe-se que o novo governo, até agora, não tomou nenhuma medida de atendimento às reivindicações desses movimentos – até o momento, a área social só conheceu cortes orçamentários para viabilizar a elevação do superávit primário.

Esclareçamos, em segundo lugar, que a parte dos setores populares pauperizados que funciona efetivamente como classe-apoio da burguesia financeira não é, apesar disso, um setor social reacionário. Esse setor, embora sirva de apoio à política neoliberal, é movido, em grande medida, por uma revolta popular legítima, ainda que sem direção política consciente, contra o caráter particularmente excludente do capitalismo brasileiro. A complexidade da situação reside no fato de que essa revolta popular legítima, justamente por ser uma revolta cega, pôde ser “confiscada” pela burguesia financeira e pelo imperialismo e direcionada para um objetivo político reacionário. A revolta desse setor contra a desigualdade social foi convertida em apoio difuso da proposta neoliberal de implantação do Estado mínimo. No discurso neoliberal, o alvo da revolta é localizado apenas no Estado e na intervenção estatal na economia e o funcionalismo público é apresentado como o setor privilegiado por excelência, contra o qual deve ser mobilizada a insatisfação popular. O objetivo político real é, cortando direitos e reduzindo os serviços públicos, tocar adiante a política de ajuste fiscal, que viabiliza a remuneração do capital financeiro, e abrir novas áreas para a acumulação capitalista. Perseguindo esses objetivos, o capital financeiro e seus representantes políticos apelam para os setores populares pauperizados e politicamente desorganizados, embrulhando a política de ajuste fiscal num discurso farsesco sobre a justiça social.

O pioneiro desse discurso e dessa prática foi Fernando Collor de Melo. É isso que ele fazia quando apelava aos “descamisados” contra os “marajás”. Fernando Henrique Cardoso fazia a mesma coisa quando criticava os privilégios do funcionalismo público e implantava as políticas sociais compensatórias e focalizadas, o aspecto afirmativo dessa nova política. Essa ação política e ideológica dos governos neoliberais pode ser qualificada de populismo, desde que façamos algumas importantes diferenciações.

Esse novo populismo, como todo populismo, é um apelo da liderança política, preferencialmente a partir do Estado, às massas politicamente desorganizadas. Essas, por seu turno, atendem ao apelo do governante porque depositam suas esperanças, não na organização e no programa político que não possuem, mas na ação protetora do Estado. Porém, se falamos em populismo de novo tipo é porque, diferentemente do velho populismo reformista do período pré-64, esse populismo, que poderíamos denominar *regressivo*, aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país.



Vargas, Goulart, Brizola e outros políticos populistas localizavam seus inimigos entre os “poderosos”, os “tubarões”, o “capital estrangeiro”, as “oligarquias” e os “Estados Unidos”, e procuravam, com isso, vencer as resistências do imperialismo e da antiga burguesia compradora a ele associada à política de industrialização do Brasil e de ampliação, ainda que modesta, dos direitos sociais dos trabalhadores. A peça trágica do discurso ideológico do populismo de velho tipo é a *Carta Testamento* de Getúlio Vargas, na qual se desenha um conflito mortal entre a ganância desmedida das “aves de rapina do imperialismo” e a atividade laboriosa do “povo brasileiro”, protegido pela figura tutelar do presidente da República. Já o populismo regressivo dos governos neoliberais sugere que pretende eliminar a corrupção, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula da burocracia de Estado, de deputados e senadores, para, na realidade, designar como inimigo um setor das próprias classes trabalhadoras, o funcionalismo público, e, isso, com o único objetivo de fazer caixa para remunerar o capital financeiro nacional e internacional. É um populismo que não incomoda o imperialismo; ao contrário, é orientado e tutelado pelas agências do capital financeiro internacional. A peça burlesca desse discurso são os documentos “técnicos” dos economistas do Ipea que nos falam da incontornável urgência de deslocar os gastos públicos dos remediados e dos pobres para os “muito pobres” e, com isso, fazer justiça social e garantir o equilíbrio das contas públicas. Definitivamente, os neoliberais souberam aproveitar aquilo que Mao Zedong denominava “contradições no seio do povo”. Eles jogam uma parte dos trabalhadores contra a outra, desviando, todos, da luta contra os seus verdadeiros inimigos.

No que diz respeito ao populismo regressivo, o governo Lula apresenta, apenas, diferenças de grau. O presidente da República, sendo de origem operária, tem podido exercitar com maior eficácia esse novo tipo de populismo, que tem como objetivo manter cativa a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado. O governo parece, também, disposto a cortar mais fundo. Do mesmo modo que elevou a meta de superávit primário, o governo propôs, no seu projeto de reforma da previdência, o sacrifício de parte das altas aposentadorias da cúpula da magistratura e da Polícia Militar – embora não tenha tocado no extravagante sistema de “aposentadoria” de deputados e senadores¹⁵.

¹⁵ É correto afirmar que os sacrifícios impostos a uma parte da alta burocracia não consideram e não atendem aos interesses populares, mas sim aos interesses do capital financeiro no ajuste fiscal e na expansão dos seus negócios, porque a reforma da previdência do governo Lula está reduzindo as atribuições da previdência pública e criando os fundos de pensão, está retirando, indistintamente, direitos de todos os servidores, e não apenas dos que recebem altos salários, e porque essa reforma não oferece nada aos trabalhadores do setor privado, cuja previdência, que já era muito precária, foi piorada pela reforma do governo FHC. Essa reforma foi rejeitada em diversos dos seus pontos pela CUT, inclusive pelas correntes *Articulação Sindical* e *Corrente Sindical Classista*, esta última do PC do B.



Por último, o governo Lula faz alarde sobre suas intenções – até aqui frustradas pelo aumento do rigor na política de ajuste fiscal – de ampliar o programa de políticas sociais compensatórias e focalizadas – que é a ajuda insuficiente, incerta e efêmera que o neoliberalismo oferece aos trabalhadores pauperizados em substituição aos direitos do Estado de bem-estar social. Ironia da história: o dirigente da CUT e do PT, organizações que sempre se apresentaram como críticos do passado populista do Brasil, acionou, uma vez eleito presidente da República, o discurso e a política populista.

A revolta difusa e cega dos pauperizados contra o intervencionismo estatal e os servidores públicos – entre os quais se inclui, ironicamente, os milhões de servidores pauperizados pelo próprio modelo neoliberal – precisa ser bem definida. É verdade que a rejeição ao funcionalismo público é um sentimento muito amplo e difuso, presente em muitos setores sociais. Tal sentimento grassa também em setores operários organizados, como no ABC, e na fração superior da classe média vinculada ao setor privado. Mas é preciso saber distinguir o conteúdo e a importância relativa dessas atitudes nos diferentes setores sociais, sob pena de cometermos graves erros políticos. No caso do ABC, mesmo que os operários sejam sensíveis à nova cruzada contra os “marajás” patrocinada pelo governo Lula e pelo PT, trata-se de um setor operário organizado e com uma concepção própria da luta social que transcende essa atitude negativa diante do funcionalismo público. No caso da alta classe média vinculada ao setor privado, setor no qual, sem dúvida, o ódio ao funcionalismo público é muito grande, a motivação de fundo não é a revolta contra a desigualdade, mas, ao contrário, o interesse em destruir o serviço público, exatamente porque esse serviço é o único caminho para a democratização da sociedade brasileira. Tal motivação reacionária, cuja existência efetiva não temos espaço para demonstrar aqui, é temperada, em alguns ramos profissionais da alta classe média vinculada ao setor privado, por uma dose de ressentimento pequeno-burguês da parte de profissionais que não conseguiram ser aprovados nos concursos de ingresso no serviço público.

Voltemos ao setores pauperizados do setor privado. Estamos pensando numa massa heterogênea que é composta pela baixa classe média, por uma parte da grande massa operária, pelos desempregados, subempregados e trabalhadores autônomos, todos setores populares que não têm razões de ordem econômica para aderir ao neoliberalismo. Para entender por que esses setores podem ser vítimas de uma ilusão ideológica que os converte em base de massa de uma política que os prejudica, precisamos nos referir a alguns aspectos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.



A política social brasileira, desde que começou a existir como tal na década de 1930, sempre marginalizou amplos setores da população trabalhadora¹⁶. O populismo inaugurou em 1930 um processo gradativo de implantação dos direitos trabalhistas e sociais, isto é, da dimensão social da cidadania no Brasil – a cidadania na República Velha restringia-se a um pacote mínimo e precário de direitos civis e políticos. Porém, a política social populista não chegou a implantar uma cidadania social ampla e igualitária. Num país com população majoritariamente rural, como era o Brasil até os anos 60 do século passado, o populismo não chegou a incluir nos direitos sociais os trabalhadores rurais. No que respeita aos trabalhadores urbanos, vinculou os direitos sociais ao emprego regulamentado, excluindo, portanto, os desempregados e os trabalhadores informais, e segmentando e hierarquizando esses direitos de acordo com o *status* profissional de cada um – a aposentadoria, o atendimento médico-hospitalar, a política salarial, tudo dependia da condição do trabalhador como industriário ou comerciário, bancário ou portuário, “celetista” ou servidor público e assim por diante. Sob a ditadura militar e após a democratização, alguns direitos sociais foram estendidos ao campo, mas, já então, crescia o desemprego, o subemprego e o mercado de trabalho informal – essas chagas que foram ampliadas pelo neoliberalismo. Ora, essa população sobrando está, no modelo brasileiro de cidadania baseado no emprego regulamentado e na profissão, excluída dos direitos sociais.

A cidadania social *restrita e hierarquizada* está ligada, de diferentes maneiras, ao clientelismo do Estado brasileiro. É certo que, em todas as formações sociais capitalistas, a burocracia do Estado burguês serve, em grau maior ou menor, de abrigo para membros decadentes da classe dominante ou como moeda na compra de apoio político. Mas, num país como o Brasil, de capitalismo periférico e de revolução burguesa inacabada, essa característica parasitária do Estado burguês é muito mais marcante. A implantação do concurso público para recrutamento de servidores e para promoção na carreira permaneceu inacabada no Brasil. Assim, durante o período populista, parte do emprego público podia ser ofertada como espécie de compensação aos membros decadentes das famílias dos proprietários de terra, fenômeno muito visível na Região Nordeste, e utilizada também como moeda para a compra de apoio político de dirigentes do movimento sindical e popular. Nos anos 50 do século passado, ficaram conhecidas as análises que falavam da

¹⁶ Armando Boito Jr., “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. Revista *Idéias*, dossiê *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, op. cit.



existência de um “Estado cartorial” no Brasil. Durante a ditadura militar, setores burgueses e de classe média locupletaram-se com a distribuição de empregos públicos – nas empresas estatais, nas universidades federais, na estrutura administrativa etc. Em todas essas épocas, sempre houve um ou mais partidos políticos que faziam da distribuição de cargos um recurso de poder. As grandes massas trabalhadoras não participaram e não participam dessa distribuição de prebendas, embora produzam a riqueza que é distribuída aos burocratas do Estado. O Estado clientelista tornou-se, por causa disso, alvo da insatisfação popular.

Ao longo da história republicana acumulou-se, desse modo, uma revolta popular instintiva e difusa contra a cidadania *restrita e hierarquizada* e contra o Estado clientelista; foi essa revolta que se converteu, por mecanismos bastante complexos, em base de apoio para a ofensiva neoliberal. O neoliberalismo, como dissemos, “confiscou” essa revolta difusa e a dirigiu para o objetivo de construção de um “Estado mínimo” no Brasil.

A conversão de setores populares pauperizados em classe-apoio do bloco no poder neoliberal aparece de diferentes maneiras. Apareceu de modo ativo e organizado, ao longo dos últimos anos, na ação da central Força Sindical, que faz do privatismo neoliberal a sua bandeira. Essa central sindical está enraizada, fundamentalmente, no operariado industrial de menor poder de pressão. Ela agrupa os operários dos ramos do vestuário, da alimentação e do setor têxtil. É verdade que a Força Sindical agrupa, também, operários metalúrgicos, mas, não por acaso, em grande medida ela reúne a parte mais fraca sindicalmente desse setor operário – como é o caso, por exemplo, dos metalúrgicos da Grande São Paulo, sabidamente dispersos em milhares de pequenas empresas por toda a região metropolitana paulista. A Força Sindical elegeu o funcionário público e os serviços públicos como inimigos, no seu discurso e na sua prática. A central tem defendido, também, a privatização das empresas públicas e a desregulamentação dos direitos sociais¹⁷.

Um outro indicador do impacto popular do neoliberalismo aparece no processo eleitoral dos anos recentes. Se estiverem corretas as pesquisas de intenção de votos, podemos afirmar que os candidatos neoliberais à Presidência da República

¹⁷ Patrícia Trópia, “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo”. Revista *Idéias*, dossiê *Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil*, op. cit. Essa pesquisa mostra que o privatismo e a revolta dirigida contra o servidor e o serviço público não se restringem à direção da Força Sindical, mas estão presentes, também, entre os trabalhadores de base dessa central.



obtiveram maioria nas camadas mais pobres da população brasileira nas eleições de 1989, 1994 e 1998 – estamos nos referindo à camada compreendida na faixa de renda de zero a cinco salários mínimos, segmento que aparece em todas as pesquisas de intenção de voto no Brasil. Foi apenas na campanha eleitoral de 2002 que as pesquisas de intenção de voto indicaram que a candidatura Lula estava obtendo maioria entre os eleitores que se situam naquela faixa de renda, e, mesmo assim, Lula obtinha nessa faixa um escore um pouco inferior ao escore que ele obtinha no conjunto do eleitorado. É necessário que os intelectuais críticos encarem esses fatos e reflitam sobre o seu significado.

Hipoteticamente, a esquerda poderia ter organizado a revolta popular difusa que se acumulara contra o caráter restrito e hierarquizado dos direitos sociais e contra o clientelismo do Estado brasileiro. Poderia ter dirigido essa revolta de um modo progressista, visando a ampliação e a igualização da cidadania – não a sua destruição – e a democratização do Estado – não a destruição dos serviços públicos; a esquerda revolucionária poderia ter concebido essa tarefa como um elo entre a reforma e a revolução. No entanto, grande parte da esquerda continuava dependente ideologicamente do populismo e do desenvolvimentismo. Uma parcela minoritária, e mais atrasada, das organizações de esquerda estava mesmo comprometida economicamente com esse modelo. Usufruí, e ainda usufrui, do empreguismo no setor público; era, e ainda é, beneficiária do “Estado cartorial” brasileiro, justamente o Estado que era alvo da revolta difusa das massas populares.

A conversão do funcionalismo público em inimigo do povo e a campanha neoliberal para destruir o serviço público conta com algumas debilidades políticas do movimento popular. O sindicalismo dos servidores públicos tem, acertadamente, oferecido grande resistência à pressão governamental para retirar direitos do servidor. Contudo, do mesmo modo que ocorre com a base social da *Articulação Sindical*, isto é, os operários das montadoras, os petroleiros e os bancários, o servidor público, que está majoritariamente organizado na CUT, mas se encontra aglutinado em correntes sindicais que fazem oposição à direção da central, esse servidor também se encontra limitado pelo corporativismo. A defesa dos direitos do servidor é feita apenas de modo passivo. Uma defesa ativa de conquistas como a aposentadoria pública, no sistema de repartição e com salário integral, significaria defender esse sistema para si e para os outros, procurando unificar o conjunto dos trabalhadores, tanto do setor público quanto do setor privado, dentro de um mesmo e único sistema de previdência, vantajoso para todos os trabalhadores. Porém, intuindo, erroneamente, que esse sistema seria economicamente inviável, os servidores, de modo corporativo, procuram defender o sistema apenas para si, facilitando a





manobra política conservadora que visa isolá-los dos demais segmentos das classes trabalhadoras¹⁸.

Como já indicamos, a política de ajuste fiscal do neoliberalismo necessita não só suprimir direitos dos servidores, como também reduzir ou mercantilizar os serviços públicos. A tática de dividir para reinar também é utilizada nessa área, onde se verifica uma certa homologia entre a posição de defesa passiva do sindicalismo dos servidores e a posição que tem assumido o movimento estudantil, quando procura defender a universidade pública. Os governos neoliberais e a grande imprensa esforçam-se para apresentar o ensino público superior gratuito como um privilégio de camadas abastadas. O discurso é o mesmo: como determinado direito ou serviço só existe para uma parte dos trabalhadores, vamos eliminá-los – nunca ampliá-los para todos¹⁹. Para a burguesia, trata-se de fazer caixa para remunerar o capital financeiro; para a alta classe média, trata-se de converter o ensino superior em monopólio integral dos que podem pagar por ele. No caso de algumas famílias da alta classe média, pertencentes a setores que valorizam muito o consumo e pouco a cultura, o seu discurso também deixa entrever um forte ressentimento pequeno-burguês, quando constatam que alguns filhos de família de baixa classe média, que possuem alto rendimento escolar, ainda podem ingressar em universidades mais prestigiosas que aquelas em que conseguem ser aprovados os filhos de algumas famílias abastadas.

Do mesmo modo que o sindicalismo do servidor tem sido importante na defesa dos direitos desses trabalhadores, o movimento estudantil tem tido um papel de destaque na defesa da universidade pública. Porém, esse movimento também tem sido limitado pelo corporativismo. Em diversos Estados do Brasil, os centros e diretórios acadêmicos têm assumido uma atitude contrária às mais variadas propostas de expansão de vagas na universidade pública. O discurso dos estudantes anuncia, como motivo dessa posição, a preocupação com a

¹⁸ No Congresso Nacional da CUT, realizado em São Paulo em junho de 2003, o dirigente da central Júlio Turra, da corrente *O Trabalho*, encaminhou a proposta de um sistema único de aposentadoria pública por repartição com base no salário integral. A proposta não teve grande repercussão e foi rechaçada, sem mais exame, com base no argumento da inviabilidade econômica.

¹⁹ Convém lembrar que pesquisa efetuada pelo Ministério da Educação em 1995 revelou, para desgosto do ministro Paulo Renato de Souza, que 3/4 dos estudantes das universidades federais pertenciam a famílias com renda familiar total inferior a oito salários mínimos. O ministro Paulo Renato preferiu não dar divulgação aos resultados do levantamento. Apresentei os dados completos dessa pesquisa no meu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 223.



qualidade do ensino e da pesquisa, que estaria ameaçada por propostas imprevidentes de expansão – sempre contrapõem às propostas de expansão um pacote de condições referentes a instalações, equipamentos e contratação de docentes. Examinado mais de perto, e confrontado com a prática, esse discurso revela-se enganoso, e o que se pode detectar é a motivação de preservar, apenas para si, o usufruto do ensino superior de qualidade – os estudantes de graduação, que compõem a parte mais ativa do movimento estudantil, opõem-se, regularmente, às mais variadas propostas de expansão de vagas e cursos na graduação, isto é, nos cursos em que eles já se encontram, mas aprovam a expansão de vagas e cursos de pós-graduação, isto é, deixam de lado as exigências e as condições quando se trata de vagas e cursos nos quais eles ainda pretendem ingressar. Verificamos, aqui, a mesma estratégia de defesa passiva que facilita a divisão dos trabalhadores e o ataque ao serviço público. Esse ponto adquire maior importância na atual conjuntura porque setores do governo Lula estão cogitando implantar o ensino pago nas universidades públicas²⁰.

A hegemonia neoliberal apoia-se, como se vê, em novas e variadas divisões produzidas no seio das classes trabalhadoras. Não apenas divisões provocadas no plano econômico, como ocorre com desemprego e a terceirização, mas, também, divisões políticas e ideológicas introduzidas pela burguesia. Até 1964, o trabalhador do setor privado via as vantagens existentes no serviço público, como a estabilidade no emprego, uma conquista que deveria ser estendida a todos. E o trabalhador do setor privado conquistou, de fato, a estabilidade, ainda que condicionada – estabilidade para o trabalhador com 10 anos de casa. Após a ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, a mesma diferença de condições de trabalho passou a ser pensada de uma outra perspectiva. Aquilo que era uma conquista a ser estendida a todos passou a ser visto como um privilégio a ser eliminado. Esse exemplo, além de indicar os equívocos das análises economicistas que sugerem ser impossível unificar trabalhadores que usufruem de condições de trabalho e de vida diferenciadas, evidencia de modo instrutivo os mecanismos sutis da hegemonia neoliberal.

O populismo regressivo dirigido aos setores pauperizados possui dois aspectos. Um aspecto que poderíamos denominar negativo, pois apenas agita o

²⁰ O ministro da Educação, o petista Cristovam Buarque, acordou com uma deputada federal do PT do Paraná a apresentação de um projeto de lei que estabelece o pagamento do ensino na universidade pública. Esse projeto retoma a idéia de um outro deputado petista, o também paranaense Padre Melo, que previa o pagamento do curso pelo estudante após esse ter se formado.



povo contra um inimigo fictício de modo a encobrir o seu inimigo real, e outro aspecto que poderíamos denominar positivo, pois oferece algo ao povo, uma sobra do banquete organizado pelos banqueiros e pelos grandes capitalistas: as famosas políticas compensatórias. Fernando Collor enfatizou o aspecto negativo do populismo neoliberal. A sua propaganda destacou a “caça aos marajás”. Grande parte da população pobre votou nele, iludida, imaginando que ele fosse combater os inimigos do povo, e apesar de aquele aventureiro não ter indicado as medidas que tomaria a favor dos “descamisados”. Fernando Henrique Cardoso, de estilo menos popularesco, enfatizou o aspecto positivo do novo populismo. É verdade que ele também instigou os pobres contra os remediados e os trabalhadores da ativa contra os aposentados; num momento de inoportuna sinceridade para um político burguês profissional, chegou a chamar os aposentados do serviço público de vagabundos. Mas a ênfase do discurso e da propaganda governamental foi mesmo no aspecto positivo do novo populismo: a “vitória sobre a inflação”, que o presidente apresentava como obra *peçoal* sua, o programa Comunidade Solidária e as diversas bolsas que o governo FHC criou ou ampliou – bolsa-escola, bolsa-renda e bolsa-alimentação. No caso do discurso populista em torno da “vitória do presidente sobre a inflação”, é interessante notar como outra herança perversa do desenvolvimentismo, que se utilizava amplamente do “imposto inflacionário”, permite ao populismo regressivo neoliberal apresentar uma necessidade do capital financeiro, que requer uma moeda mais ou menos estável para entrar e sair sem perdas do país, como se fosse uma conquista popular.

Já o governo Lula tem, até aqui, utilizado os dois aspectos do populismo regressivo. Nos primeiros dois ou três meses do seu governo, ainda predominava na linha “Lula, paz e amor”. Visitou o sertão nordestino, a favela Brasília Teimosa no Recife e fez alarde em torno do programa Fome Zero. Ou seja, acenava com a ampliação das políticas sociais compensatórias, que é a proposta do social-liberalismo. Passados dois ou três meses, foi obrigado, devido à sua própria decisão de elevar o superávit primário, a abandonar os moradores das favelas, já que cortou 85% da verba destinada ao Ministério das Cidades, e se viu, pelas mesmas razões, obrigado a reduzir a ambição do programa Fome Zero. Passou, então, a uma linha mais agressiva – não com os banqueiros, mas com o funcionalismo público. Em meados de 2003, para tocar adiante a reforma fiscal da previdência, quase toda a equipe do governo Lula passou a enfatizar a crítica aos chamados privilégios do servidor público. Seus ministros – Palocci, Gushiken, Berzoini e Guido Mantega – se revezam na crítica e na ofensa aos servidores públicos e aos aposentados em geral, apresentados à nação como trastes indesejáveis. Na linha da ação populista



positiva, o governo lançou, em julho, uma nova política compensatória: o microcrédito para empréstimos de até mil reais. O crédito, de fato, é micro, mas o juro nem tanto: são 2% ao mês, que o governo surpreendentemente considera uma taxa de juros baixa.

O presidente do PT, o ex-deputado José Genoíno, tem teorizado sobre a tática do novo populismo de jogar os pobres contra os remediados, sustentando que essa tática deve ser explorada mais a fundo pelo governo. Esqueceu-se apenas de que essa tática tem limites. Como o governo Lula não tem oferecido nada para a grande massa pauperizada, ele não pode organizar e mobilizar efetivamente o povo, pois, para tanto, seria preciso contemplar, de fato, os seus verdadeiros interesses. Mantida essa política, a exploração conservadora dos trabalhadores pauperizados poderá continuar, mas, sempre, na forma de um apelo genérico e distante do governo às massas desorganizadas.

A esquerda e a situação atual

O governo Lula, ao aderir ao neoliberalismo, está elevando a uma etapa superior o longo processo que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil – a hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal e periférico. Grande parte daquilo que faz hoje e os apoios políticos com que pode contar são, portanto, os mesmos utilizados por FHC. Lula herdou não só o modelo econômico, mas também a sua base de sustentação política. Herdou e reproduz o bloco no poder onde pontificam o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos; herdou, também, os apoios que o neoliberalismo logrou obter no meio popular. Porém, nesse terreno, o governo Lula apresenta, como vimos, algumas novidades.

O novo governo cria, em primeiro lugar, uma ilusão de poder no núcleo operário do novo sindicalismo, representado pelos trabalhadores das montadoras de veículos do ABC. Tem procurado cultivar essa ilusão: imagina uma solução localizada, e baseada em inúmeros favores para as multinacionais do setor automotivo, para o drama do desemprego na Região do ABC e procura estreitar os laços simbólicos com os trabalhadores dessa região. Em segundo lugar, o governo pode aprofundar, devido à origem popular de parte dos seus integrantes, o novo populismo regressivo, que aposta na divisão dos trabalhadores, instigando os miseráveis contra os pobres e esses contra os remediados. Há contradições reais no seio do povo e a esquerda brasileira, muitas vezes, as ignorou; os governos neoliberais, os antigos e o atual, representando a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional, estão sabendo explorar muito bem essas contradições. Em terceiro lugar, a ascensão de Lula à Presidência da República eliminou a antiga resistência



parlamentar ao neoliberalismo, que era composta pelos partidos que, hoje, são a espinha dorsal da base parlamentar do governo – PT, PSB, PC do B. Essas três novidades são negativas para o movimento operário e popular, de modo que a conclusão nossa é que a vitória eleitoral de 2002 tem representado, até aqui, uma derrota para a esquerda brasileira. O único ponto em que há – pelo menos até o momento em que escrevemos – uma novidade positiva é na esfera da política de repressão. O governo Lula tem sido, até este mês de julho, tolerante com a onda de ocupações de terra e de edifícios urbanos, desencadeada pelos sem-terra e pelos sem-teto. Tal tolerância irá perdurar? Isso é difícil prever. Se não fizer a reforma agrária e a reforma urbana, o governo pode ceder à pressão da velha direita e optar por reprimir. O funcionalismo público já está enfrentando dura repressão governamental.

É certo que o governo Lula está traindo os trabalhadores, na medida em que não faz nada para cumprir a promessa de campanha de contemplar a grande aspiração por emprego, terra, moradia, salários e melhores condições de vida. Porém, ao mesmo tempo, a situação é complexa, porque o governo pode se valer, para consumir essa traição, das ilusões e dos limites políticos e ideológicos dos próprios setores populares, que imaginam ser possível obter todos aqueles direitos e melhorias dentro do próprio modelo capitalista neoliberal. O governo fez alianças e acordos com partidos conservadores, com os bancos e com a mídia na campanha eleitoral e capitulou diante do FMI. Apenas o governo é responsável por tal opção. Mas essa opção é apenas uma parte do problema que a esquerda tem de resolver.

As correntes socialistas e progressistas precisam entender que o problema não reside apenas nas opções da cúpula partidária e da equipe governamental, mas se alastra por boa parte da sociedade, sob a forma da hegemonia burguesa e regressiva do neoliberalismo. O esquema simplificado e idealista que opõe as “massas instintivamente revolucionárias” às “direções irremediavelmente traidoras” não esclarece nada sobre a situação atual. É preciso encarar a hegemonia regressiva do neoliberalismo e refletir sobre ela. Sem isso, será difícil estabelecer uma tática correta para a atual conjuntura. A disputa que os socialistas e os progressistas terão de travar é uma disputa ampla, que envolve grande parte do movimento popular. É preciso “ir às massas”: mudar a orientação corporativa de setores da classe operária, superar a postura também corporativa e de defesa passiva dos servidores públicos, esclarecer e organizar a luta dos setores das massas pauperizadas que estão iludidos pelo neoliberalismo e pelo novo governo. Os socialistas devem dar mais importância aos “movimentos sociais de urgência” dos setores pauperizados, onde tradicionalmente não é grande a influência das organizações inspiradas no marxismo.



Toda essa luta exige revisões mais ou menos difíceis e necessita da crítica recíproca entre os diferentes setores do movimento popular.

A orientação neoliberal do governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira. Para superar essa crise, será preciso reconstruir, não apenas o telhado, mas todo edifício do movimento operário e popular.



BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003, p.10-36.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Governo Lula; Brasil; Classes sociais